



Congresso terá amanhã nova sessão para analisar vetos

Estão pautados cinco vetos, entre eles os que atingem projetos relacionados à política nacional de resseguros e a incentivos fiscais à indústria química e de álcool

Na sessão de amanhã, marcada para as 19h, serão apreciados pelo Congresso Nacional os Vetos 33, 34, 35, 36 e 37, todos de 2013. Desde julho deste ano, o Legislativo passou a

cumprir o prazo constitucional de 30 dias para votação dos vetos.

No Senado, pauta segue trancada pela MP que cria o Programa Mais Médicos, que expira no começo de novembro. **3**

Parlamentares votam em sessão do Congresso Nacional ocorrida em março para análise do veto ao projeto que instituiu regra para distribuição dos royalties do petróleo



Moreira Manz/Agência Senado

Para Simon, chapa Campos-Marina revoluciona 2014 **3**



Wladimir Barreto/Agência Senado

Senador diz que aliança vai aumentar nível do debate na próxima eleição

Aliança mostra oposição perdida, afirma Viana **3**



Pedro França/Agência Senado

Viana ressalta que pré-candidatos são ex-ministros do atual governo

Pimentel defende mudança na lei da microempresa **4**



Pedro França/Agência Senado

Criada pelos governos, substituição tributária é prejudicial, diz o senador

Gim propõe regra de táxi extensiva a quiosque e banca **4**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Para senador, herdeiros têm direito a explorar serviço até o fim da licença

Mozarildo apoia texto da MP do Mais Médicos **3**



Pedro França/Agência Senado

Relator da medida no Senado, ele defende aprovação sem mudanças

Marcello Casal Jr/ABR



Plano Nacional de Educação será debatido em audiência

Será realizada amanhã mais uma audiência pública na Comissão de Educação sobre o Plano Nacional de Educação.

A proposta do Executivo prevê o gradual aumento

da destinação de recursos até atingir 10% do Orçamento ao fim de dez anos. Atendimento a alunos com necessidades especiais tem gerado polêmica na tramitação. **4**

Alunos de escola pública do Distrito Federal: plano tem entre as diretrizes a universalização do atendimento escolar e a erradicação do analfabetismo



Enquetes do Senado

É simples participar



O DataSenado disponibiliza enquetes no site da Casa para saber a opinião dos cidadãos a respeito de diversos temas em discussão no Congresso.

Acesse e participe em:
www.senado.leg.br/datasenado

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.



Secom | Criação e Marketing



25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

Plano Cruzado viabilizou a Carta, afirma Sarney

Em entrevista à TV Senado que pode ser vista na internet, senador, que em 1988 era presidente da República, relembra a convocação da Assembleia Constituinte na transição para a democracia

SEM O PLANO Cruzado para construir a economia, o Brasil não teria feito a Constituição de 1988. A afirmação foi feita por José Sarney (PMDB-AP) no programa *Histórias Contadas*, da TV Senado, que foi ao ar no fim de semana.

Presidente da República que convocou, em 85, a Assembleia Constituinte, Sarney conta como isso aconteceu naquele período delicado de transição da ditadura militar para a democracia.

— Todas as constituintes que tivemos antes foram fechadas ou provocaram imediatamente regime de exceção.

Dividido em três episódios, o programa trata também dos 60 anos de vida pública



Sarney revela que sofreu desconfiança dos militares pelas críticas ao AI-5

de Sarney, que foi deputado federal, governador do Maranhão, presidente da República e senador por cinco mandatos. Nas entrevistas, concedidas ao jornalista Armando Rollemberg, Sarney relembra a infância, a juventude e o início na política, com oposição ao getulismo.

Governador do Maranhão, a partir de 1966, já no regime militar, Sarney revela ter enfrentado desconfianças do regime, em virtude das críticas à deposição do presidente João Goulart e ao AI-5.

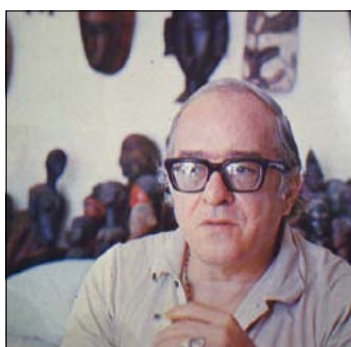
Sarney também relembra o rompimento com os militares, que culminou na formação da chapa com o então governador de Minas, Tancredo Neves. Da Presidência da República, destaca o Plano Cruzado, com o qual pretendia domar a inflação e estabilizar a economia.

As entrevistas serão reprisadas pela TV Senado e também podem ser vistas na internet (www.senado.leg.br/tv/hotsites/sarney).

Congresso homenageia Vinicius de Moraes

Hoje, o Congresso faz sessão solene para homenagear o centenário de nascimento do poeta, compositor e diplomata Vinicius de Moraes. Ao requerer a sessão, Inácio Arruda (PCdoB-CE) faz uma breve biografia do homenageado e afirma que “o Senado da República estará prestando justo reconhecimento à vida e à obra de um dos brasileiros que mais contribuiriam para o engrandecimento de nossa cultura, tanto no Brasil como no exterior”.

Inácio recorda que Vinicius nasceu no Rio de Janeiro em 19 de outubro de 1913. De acordo com o senador, o compositor



Centenário de nascimento do poeta será comemorado em sessão solene

foi “um dos maiores expoentes da cultura brasileira do século 20”.

Também jornalista e dramaturgo, Vinicius foi “um poeta refinado, que dominava

como poucos as formas eruditas”. Inácio rememora que o homenageado foi “um dos mais sensíveis letrados do cancionário popular, autor de clássicos inesquecíveis ao lado de parceiros como Tom Jobim, Baden Powell, Carlos Lyra, Chico Buarque e Toquinho, entre outros”.

Morto em 9 de julho de 1980, Vinicius foi exonerado do Itamaraty em 1969, “por ato de força do regime ditatorial”. Inácio observa que a injustiça cometida contra o Poetinha somente foi reparada post mortem, em 2010, por iniciativa do governo Lula.

PEC da Música será promulgada amanhã

O vice-presidente do Senado, Jorge Viana, confirmou sexta-feira que amanhã será promulgada, em sessão solene do Congresso, a Emenda Constitucional 75, originária

da chamada PEC da Música. A emenda isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros ou interpretadas por brasileiros, para reduzir o preço e

desestimular a pirataria. Artistas da MPB estiveram no Senado para defender a PEC, que enfrentou resistência de senadores do Amazonas, devido à Zona Franca de Manaus.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores.

PRESIDÊNCIA Emendas parlamentares

8h O senador Renan Calheiros se reúne com a bancada federal de Alagoas e com a imprensa para apresentação de propostas de emendas parlamentares ao Orçamento, em Maceió.

CONGRESSO Início de Moraes

11h Sessão solene do Congresso em homenagem ao centenário de nascimento de Vinicius de Moraes.

TERÇA

CCT Voto impresso em debate

8h15 Voto impresso nas eleições de 2014 é tema de debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O moderador do Fórum do Voto Eletrônico, Amílcar Brunazo Filho, é um dos convidados do debate.

CMA Agrotóxicos

8h30 A definição de limites específicos para a pulverização aérea de agrotóxicos estará em análise na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

CE Plano Nacional de Educação

9h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte volta a debater o Plano Nacional de Educação. Na pauta, às 11h, projeto que trata da qualificação profissional dos beneficiários do Fies, pelos estados e municípios.

ASSUNTOS MUNICIPAIS Piso salarial

9h Reunião de trabalho da Subcomissão de Assuntos Municipais para discutir, entre outros assuntos, piso salarial de agentes comunitários de saúde. Analisa ainda projeto que isenta de ISS as atividades de inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

CAE Autoridade Olímpica

10h Sabatina de Fernando Azevedo e Silva para presidente da Autoridade Pública Olímpica e exame de regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público.

CPI DA ESPIONAGEM Depoimentos

11h A CPI da Espionagem realiza audiência pública para ouvir o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra; o presidente da Anatel, João Batista de Rezende; e o diretor-geral da Abin, Wilson Roberto Trezza.

CONGRESSO PEC da Música

13h30 Promulgação da Emenda 75, resultante da PEC da Música. Às 19h, análise de vetos presidenciais.

EDUCAÇÃO Plano de trabalho

17h Apresentação do plano de trabalho da comissão propõe soluções para o financiamento da educação.

QUARTA

CI Ferrovia Transnordestina

7h30 O ministro dos Transportes, César Borges, fala sobre custos e atrasos na construção da Ferrovia Transnordestina. Depois, análise da indicação de José Jurhosa Junior para a Aneel e Paulo Sérgio Passos para a ANTT.

CAS Desconto do vale-transporte

9h Análise de suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômica. Outro projeto isenta o trabalhador de participação no custo do vale-transporte.

CCJ Sabatina para a CNJ

9h Sabatina de Luiza Fonseca Frischsen para o Conselho Nacional de Justiça. Às 10h, projeto que proíbe a participação de eleitos e respectivos parentes, até terceiro grau, na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos.

SENADO DO FUTURO Pacto federativo

9h A Comissão Senado do Futuro vai debater o pacto federativo ideal. A audiência pública tem caráter interativo.

SEGURANÇA PÚBLICA Financiamento

15h Reunião de trabalho da comissão sobre financiamento da segurança pública.

QUINTA

CMC Harmonização da legislação

8h30 Conferência com o tema “Mudanças climáticas — harmonização da legislação brasileira”, na Câmara.

CAS Mieloma múltiplo

10h30 A situação dos portadores de mieloma múltiplo é tema de debate.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Renan preside sessão do Congresso, que desde julho passou a cumprir prazo constitucional de 30 dias para análise de vetos

Congresso aprecia amanhã cinco vetos presidenciais

Decisões do Executivo atingem projetos relacionados a carreiras do serviço público, à administração pública, à política nacional de resseguros e a incentivos fiscais à indústria química e de álcool

O CONGRESSO NACIONAL realiza sessão amanhã, a partir das 19h, para a apreciação de cinco vetos presidenciais. Serão votados os Vetos 33, 34, 35, 36 e 37, todos de 2013.

Desde julho de 2013, o Legislativo passou a cumprir o prazo constitucional de 30 dias para votação dos vetos, a partir da publicação. Caso isso não

ocorra, a pauta do Congresso fica obstruída, ou seja, nenhuma matéria legislativa pode ser votada.

Segundo a Constituição, para um veto ser rejeitado, é preciso maioria absoluta na Câmara (257) e no Senado (41).

Ainda conforme as novas regras, os vetos devem ser analisados em sessões do

Congresso a serem convocadas para a terceira terça-feira de cada mês. Caso a reunião não ocorra, é convocada outra sessão conjunta para a terça-feira seguinte, com o mesmo objetivo. Se o veto for derrubado, o presidente do Congresso comunica o fato ao Executivo para posterior promulgação e publicação da lei.

Entenda os vetos

Veto 36/2013 É o único veto total, dado ao PLS 612/1999. Do ex-senador Ney Suassuna, a proposta tratava de concessão de privilégios a credores por restituição de prêmio de seguro. O Executivo alegou que durante a tramitação do projeto não foi levada em conta a alteração da política nacional de resseguro feita pela Lei Complementar 126/2007, que terminou com o monopólio do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Veto Parcial 33/2013 Foi aplicado ao PLC 47/2013, que estabelecia o direito à indenização aos auditores da Receita e policiais federais e rodoviários federais que trabalham em região de fronteira. Os incisos vetados pela presidente, "por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público", estendiam a indenização a servidores que não trabalham em regiões fronteiriças.

Veto Parcial 34/2013 Foi apostado ao PLC 60/2011. Os parágrafos vetados tratavam de critérios de avaliação e de cursos de capacitação para fins de promoção no plano de carreira do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama.

Veto Parcial 35/2013 Foi aplicado ao PLC 123/2012 e cancelava a criação de determinados cargos no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

Veto Parcial 37/2013 Foi aplicado ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/2013, resultante da Medida Provisória 613/2013, que concede incentivos tributários aos produtores de etanol e à indústria química. O parágrafo vetado ampliava os beneficiários do regime especial. O Executivo alegou que ampliar os beneficiários sem o acompanhamento dos devidos estudos de impacto econômico-financeiro contraria o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Semana começa com pauta trancada

A Medida Provisória (MP) 621/2013, que instituiu o Programa Mais Médicos, é o item mais polêmico da pauta do Plenário esta semana. O texto, que vence no início de novembro, está trancando a pauta.

A MP do Mais Médicos foi editada com o objetivo de ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em cidades onde há carência de profissionais. Aprovada na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, na forma do

Projeto de Lei de Conversão (PLV) 26/2013, o texto teve forte oposição dos médicos e entidades que os representam.

Outros projetos

Mesmo com a pauta trancada, poderão ser votadas matérias de competência privativa do Senado ou projetos de decreto legislativo, segundo a Secretaria-Geral da Mesa.

É o caso do PDS 85/2013, de autoria de Eduardo Lopes (PRB-RJ), que suspende os

efeitos da resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que redefiniu o número de deputados federais, estaduais e distritais no país, em resposta a pedido da Assembleia Legislativa do Amazonas.

Outro projeto que está em regime de urgência é o substitutivo (SDC 98/2002) ao projeto de lei complementar do Senado que regulamenta a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

Mozarildo: MP do Mais Médicos chega pronta



Texto veio da Câmara em condições de ser aprovado, diz Mozarildo

Relator-revisor da medida provisória que institui o Programa Mais Médicos (MP 621/2013), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou o texto aprovado na Câmara. Ele disse que a MP chegou ao Senado em condições de ser aprovada e pode ser votada rapidamente. A MP tranca a pauta do Senado desde quinta-feira.

O senador, que é médico, informou que sugeriu emendas ao texto na comissão mista que fez o exame prévio. Ele destacou a aprovação de critérios mínimos de qualidade para os cursos de Medicina e dispositivo que obriga o governo a reformar e equipar as unidades básicas de saúde de todo o país em cinco anos.

Comissão vai discutir voto impresso nas eleições de 2014

A volta do voto impresso a partir das eleições de 2014, prevista na Lei 12.034/2009, estará em debate amanhã na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em uma audiência pública requerida por João Capiberibe (PSB-AP).

Estão convidados os professores de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB) Diego Aranha e Pedro de Rezende, além do moderador do Fórum do Voto Eletrônico, Amílcar Brunazo Filho.

A audiência vai debater o Projeto de Lei do Senado 68/2010, do ex-senador Eduardo Azeredo, que revoga a

impressão do voto do eleitor a partir de 2014. Pela lei, o comprovante seria conferido e colocado na urna, de forma automática e sigilosa, para auditoria.

Azeredo argumenta que a mudança provocaria problemas como aumento das filas e mais votos nulos e brancos.

PARTICIPE AMANHÃ, ÀS 8h15

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CCTVotoImpresso>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [#VotoImpresso #Eleicoes2014](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Simon diz que dupla Campos-Marina em 2014 melhora debate

Pedro Simon (PMDB-RS) acredita que a entrada do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e da ex-senadora Marina Silva na campanha para as eleições presidenciais de 2014 vai "revolucionar" o pleito.

— Senti que eles vão levar um debate sobre o que fazer e como avançar — comentou Simon, ao se referir sobre o programa eleitoral da dupla, exibido na quinta-feira.

O senador admitiu torcer para que a nova perspectiva política leve PT e PSDB "a esquecerem a briga de 20 anos e pensem no Brasil".

— Se Dilma e Aécio ficarem trocando afagos ou desaforos, não vai funcionar.

Apesar de vislumbrar uma grande eleição em 2014, Simon acredita que haverá "uma batalha imensa e suja" nas redes sociais.

— Vai se jogar isso nas redes, em vez de rádio e televisão, para não se responder a processo — afirmou Simon.

O senador disse acreditar que as eleições de 2014 representarão um grande passo para enterrar práticas políticas ultrapassadas. Ele afirmou que o país, ao festejar os 25 anos da Constituição, comemora a vivência do maior período democrático desde a Independência.

Viana: nova aliança mostra como a oposição está perdida

Jorge Viana (PT-AC) disse, em discurso na sexta-feira, ter afirmado ao jornal *Valor Econômico* que a união da ex-senadora Marina Silva com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, é o maior símbolo de como a oposição está perdida.

— Estão há 13 anos fora do governo e não têm projeto, programa nem candidato, porque ficaram tentando pôr defeito no que o PT fazia.

Viana citou que Campos e Marina foram ministros do governo do PT e ajudaram a construir o atual governo. Para o senador, os eleitores estão buscando novos partidos, mas parecidos com o PT — surgidos de movimentos populares, com representação social. Ele não acredita que haverá transferência de votos de Marina para Campos, com a união deles.

— Uma parcela grande desses eleitores vai estar conosco caso ela não seja candidata.

O senador também criticou os que querem "vestir o pijama" no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para Viana, Lula é o mais experiente político em atividade.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou não haver vitória maior do que a possibilidade de alternância de poder.



Simon diz torcer para que cenário "faça PT e PSDB pensem no Brasil"



Viana acredita que não haverá transferência de votos na aliança

Audiência pública debate proposta do Plano Nacional de Educação

Projeto do Executivo prevê, entre outros pontos, destinação de 10% do Orçamento para a educação, meta a ser atingida no prazo de dez anos

A COMISSÃO DE Educação (CE) realiza amanhã, às 9h, mais uma audiência pública a respeito do projeto de lei da Câmara (PLC 103/2012) que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). O debate foi requerido por Alvaro Dias (PSDB-PR).

Vão participar da discussão a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Nilene Badeca da Costa, o secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), José Henrique Paim Fernandes, o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), José Fernandes de Lima, e a



Pedro França/Agência Senado

Plano tem entre as diretrizes a universalização do atendimento escolar

presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Rodrigues Repulho.

Um dos pontos mais polêmicos do PNE, que vem atrasando a apreciação, é a chamada

Meta 4, que visa garantir o acesso à educação básica para os alunos com deficiência de 4 a 17 anos.

Quando o plano foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a Meta

4 previa que os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial (enquanto substitutas da escola regular) seriam encerrados em 2016, o que gerou diversos protestos.

Durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a redação foi alterada pelo relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), depois de negociações entre o Ministério da Educação e entidades que se dedicam a essas crianças e adolescentes, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

Senado sabatina indicado para consórcio olímpico

A primeira parte da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai analisar a indicação de Fernando Azevedo e Silva para a presidência da Autoridade Pública Olímpica (APO). A APO é um consórcio público interfederativo formado pelo governo federal, governo do estado do Rio de Janeiro e pela Prefeitura do Rio para coordenar a participação dessas três esferas na preparação e realização dos

Jogos Olímpicos de 2016. Após a decisão da CAE, a indicação será analisada pelo Plenário.



José Cruz/ABR

O general Azevedo foi indicado ao cargo pela presidente Dilma Rousseff

Azevedo, que será sabatinado antes da votação, é general de divisão e presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil. Foi presidente da Comissão de Desporto do Exército durante a preparação e execução dos 5º Jogos Mundiais Militares — Rio 2011 e responsável pela preparação das equipes militares do Brasil. A indicação dele para dirigir a APO foi feita pela presidente Dilma Rousseff em mensagem

ao Senado (MSF 89/2013).

Na última reunião da comissão, terça-feira, foi apresentado o relatório de Francisco Dornelles (PP-RJ) sobre a indicação de Azevedo. De acordo com resolução do Senado em vigor desde agosto, o projeto teve vista coletiva concedida automaticamente. A resolução determina que a sabatina das indicações para cargos de autoridade poderá ser realizada depois de cinco dias úteis.

Pimentel defende mudanças na lei das microempresas

José Pimentel (PT-CE) defendeu sexta-feira, em Plenário, mudanças na legislação para beneficiar as micros e pequenas empresas, que, para ele, são fundamentais à economia. O parlamentar participou do Fórum Nacional do Comércio.

Na opinião de Pimentel, é preciso resolver a questão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado pelos estados. De acordo com o senador, os governos criaram a chamada substituição tributária, que permite cobrar antecipadamente o ICMS cheio, que pode chegar a 35% do preço do produto.

— Esse mecanismo tem neutralizado totalmente a vantagem que a micro e a pequena empresa tem na diminuição da carga tributária do seu ICMS — explicou Pimentel.



Pedro França/Agência Senado

Senador relata participação no Fórum Nacional do Comércio

Gim quer regra do táxi também para quiosques e bancas

Gim (PTB-DF) quer abrir a possibilidade para que concessões e licenças de quiosques e bancas que comercializam lanches, revistas, frutas ou outros produtos possam ser transmitidas a herdeiros. A iniciativa, disse, é inspirada em norma relativa aos taxistas, sancionada quarta-feira.

Em discurso sexta-feira, o parlamentar argumentou que, em caso de invalidez ou falecimento do titular, os herdeiros devem poder assumir o negócio até o final da vigência da permissão.

— Queremos dar tranquilidade para as famílias dos donos de bancas de feira, dos donos dos quiosques, das bancas de jornal e dos trailers. Aquele bem passa a ser da família enquanto durar a licença, que pode ser de 5, 10 ou 20 anos — explicou o senador.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Para o senador, herdeiros devem assumir negócio até fim da licença

Comissão pode votar limites para pulverização aérea de lavouras

A definição de limites para a pulverização aérea de agrotóxicos será examinada amanhã na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O relator, Anibal Diniz (PT-AC), apoia o projeto (PLS 681/2011) de Ana Rita (PT-ES), mas propõe que as restrições sejam estabelecidas a partir de regulamentação da Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/1989).

A autora propunha proibir a pulverização aérea de agrotóxicos para qualquer finalidade. O relator reconheceu que isso apresenta “elevado potencial de contaminar áreas adjacentes”, mas considerou inadequado proibir totalmente a pulverização, porque ela é necessária para controle de doenças ou pragas em regiões extensas ou de difícil acesso.

Anibal não aceitou proibir o registro de agrotóxicos feitos com glifosato, cihexatina, endosulfan, abamectin, fosmete, paration, metamidofós, forato, triclofom, carbofuran, paraquat e lactofen. Ele argumenta que a proibição de ingredientes deve ser feita pelos órgãos técnicos.

Depois da CMA, o projeto irá para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Agricultura (CRA), para votação final.

A CMA deve analisar também projetos sobre rótulos de produtos light (PLS 336/2012) e sobre contagem do período de defeso — em que a pesca é proibida ou controlada — como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores (PLS 150/2013).

Projeto incentiva uso industrial de materiais reciclados

Indústrias que utilizam materiais reciclados como matéria-prima ou em processo intermediário na fabricação de produtos poderão receber incentivo tributário. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 385/2012, que estará em análise amanhã, à 8h30, na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

De acordo com a proposta, terá crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) o contribuinte que adquirir materiais reciclados de plástico, papel, cartão e outras fibras celulósicas. No texto original do projeto, o autor, Paulo Bauer (PSDB-SC), previa incentivos apenas para recicláveis plásticos. No entanto, o relator da CMA, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ampliou o benefício para o setor de celulose reciclada, que envolve resíduos de papel e papelão.

Na justificativa do texto, Bauer argumenta que a indústria de reciclagem enfrenta dificuldades pelos custos do processo de coleta e separação, que é intensivo de mão de obra, comprometendo a



José Cruz/Agência Senado

Bauer quer estimular competitividade da indústria de reciclagem

competitividade. Para o autor, o apoio do setor público é vital para que a reciclagem possa se tornar uma alternativa ao desperdício e à poluição.

O relator apresentou emenda determinando que o crédito presumido do IPI não se aplica a indústrias que adquirirem materiais reciclados para produção de sacolas plásticas descartáveis. “Existem vários impactos ambientais negativos associados a tal produto, devido à sua ampla utilização, elevado descarte e dificuldade de reciclagem”, afirma Aloysio Nunes. Após votação na CMA, a matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em decisão terminativa.



Reprodução/Asa Brasil

Relator quer evitar proibição total, alegando que pulverização controla pragas